



A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO SERIDÓ POTIGUAR: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA QUESTÃO AGRÁRIA

Thiago Mateus Ferreira de Assis ¹
Leandro Vieira Cavalcante ²

RESUMO

O processo colonial do Seridó Potiguar foi marcado pela exploração e concentração fundiária, a partir de atividades agrárias do binômio gado-algodão. Desse modo, o presente trabalho buscou analisar a formação territorial do Seridó Potiguar a partir do paradigma da questão agrária, destacando como as dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra moldaram a região desde os séculos XVII e XVIII. A metodologia consistiu em uma revisão narrativa de literatura, com busca sistemática em bases acadêmicas, compondo a análise qualitativa. Enquanto resultados, evidenciou-se que a formação territorial seridoense esteve intrinsecamente ligada à expansão da pecuária e posteriormente à cotonicultura, consolidando oligarquias familiares e a formação de latifúndios patrimoniais, que embora tenham se fragmentado ao longo do tempo, suas heranças persistem na estrutura fundiária atual, caracterizada pela predominância de pequenas propriedades e pela perpetuação de desigualdades sociais e econômicas. Conclui-se que a questão agrária da região se mantém aberta, reconfigurando-se frente às novas dinâmicas produtivas e territoriais.

Palavras-chave: Formação territorial; Seridó Potiguar; Questão agrária.

ABSTRACT

The colonial period of Seridó Potiguar was marked by exploitation and land concentration, driven by agrarian activities involving cattle and cotton. Thus, this study sought to analyze the territorial formation of Seridó Potiguar from the agrarian paradigm, highlighting how the dynamics of land use, possession, and ownership shaped the region since the 17th and 18th centuries. The methodology consisted of a narrative literature review, with a systematic search of academic databases, forming the qualitative analysis. The results demonstrated that the territorial formation of Seridó Potiguar was intrinsically linked to the expansion of livestock farming and, later, cotton farming, consolidating family oligarchies and the formation of large estates. Although these have fragmented over time, their legacy persists in the current land structure, characterized by the predominance of small properties and the perpetuation of social and economic inequalities. It is concluded that the agrarian question in the region remains open, reconfiguring itself in the face of new productive and territorial dynamics.

Keywords: Territorial formation; Seridó Potiguar; Agrarian question.

¹ Mestrando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – RN, thiago.ferreira.140@ufrn.edu.br;

² Professor do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) – leandro.cavalcante@ufrn.br



INTRODUÇÃO

Ao vislumbrar a formação territorial brasileira, depara-se com um enredo marcado pela exploração, saque e escravização das populações originárias e africanas, em favor da materialização do capitalismo mercantil, onde as grandes nações politicamente estabelecidas tiveram papel determinante. O caso do Brasil, colonizado pelo império lusitano por mais de três séculos (1500-1822), é mais que um simples acontecimento histórico, visto que marca o início do flagelo das civilizações pré-existentes, “libertando da ociosidade” uma enorme dimensão de terras aptas à produção de *commodities*, incorporando-as à lógica mercadológica dos centros europeus da época (Guimarães, 1964).

No que se refere ao território, enquanto dimensão geográfica, é neste em que prevalecem e se delimitam as relações espaciais de poder (Raffestin, 1993), resguardando heranças de um período que reverbera suas heranças coloniais em cada espaço-tempo na sociedade brasileira. No que compete ao entendimento de formação territorial, tem-se que este processo se dá sobre três bases, como queira Moraes (2001, p. 105): “o território é uma construção bélica/militar, é uma construção jurídica e é uma construção ideológica. A formação territorial envolve essas três dimensões, não necessariamente nessa sequência”. Logo, a formação territorial brasileira, no contexto colonizador, é induzida pelas ações de expansão e conquista, sendo fruto direto da relação entre sociedade e espaço (Moraes, 2001).

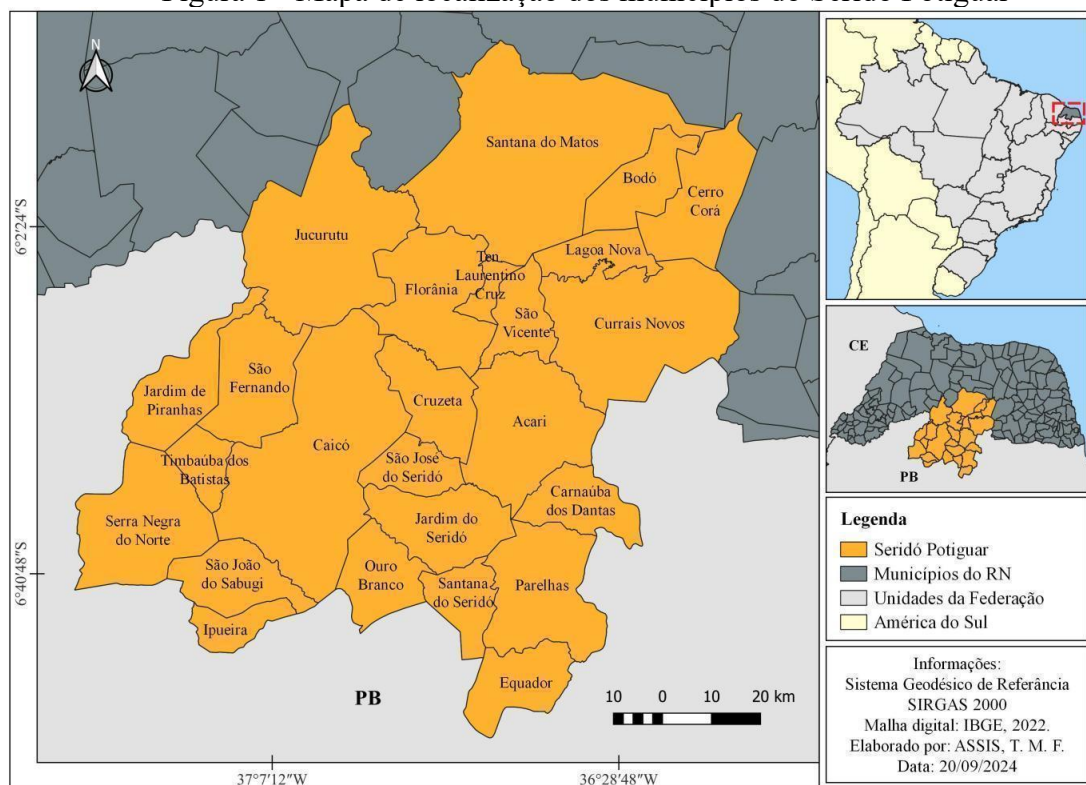
Ademais, se a formação do território é o ponto de partida para compreendermos nossa história enquanto nação, as bases materiais, econômicas, ambientais e sociais que aqui se estabeleceram estiveram alicerçadas sobre as dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra, configurando assim, para além de uma questão territorial, concomitantemente, uma questão agrária (Guimarães, 1964; Stédile, 2012). Tendo em vista as atividades produtivas que foram desenvolvidas durante a colonização, com destaque para o plantio de cana-de-açúcar, a formação territorial esteve fundamentada na apropriação privada da terra e na grilagem, instaurando o latifúndio como elemento central na estrutura fundiária (Oliveira, 2020).

Dessa forma, a questão agrária do Brasil remonta ao seu processo inicial de formação territorial, com o Nordeste se destacando como ponto crucial, tendo sua faixa litorânea ocupada por canaviais; e com o interior voltado à criação de gado e ao cultivo de algodão. Dessa maneira, a ocupação do território nordestino caracterizou-se pela agricultura em larga escala (monocultura), que dominava o litoral, mas que era incompatível ao mesmo espaço produtivo da pecuária bovina. Levando assim à interiorização dessa última atividade, efetuando a formação de territórios fortemente alicerçados à pecuária no interior dos estados nordestinos

(Andrade, 1963).

Tal fato também foi observado no Seridó Potiguar, região localizada na porção centro-sul do estado do Rio Grande do Norte, com uma área de 10.796,72 km² abrangendo 25 municípios (Figura 1). A região teve sua formação territorial ligada diretamente à atividade agropecuária, em meados dos séculos XVII e XVIII, com o intuito de separar as atividades produtivas entre litoral (agrícola-exportador) e sertão (pecuarista-regional) (Gomes, 1997; Macêdo, 2012; 2015). Vasconcelos (2015, p. 496), afirma que o “arcabouço regional do Seridó foi formado a partir do uso do seu território pela pecuária, agricultura alimentar de subsistência e a agricultura comercial cotonicultura voltada para a emergente indústria têxtil europeia”. Isso notabiliza o papel do binômio gado-algodão no contexto regional, dinamizando a questão agrária e contribuindo para acirrar a concentração fundiária.

Figura 1 - Mapa de localização dos municípios do Seridó Potiguar



Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com base em SETHAS (2020).

Assim, frente ao que foi contextualizado, o objetivo do trabalho é realizar uma análise crítica acerca da formação territorial do Seridó, sob o ponto de vista do paradigma da questão agrária (Fernandes, 2015). Nisso, justifica-se a necessidade em entender como as dinâmicas estabelecidas a partir do uso, da posse e da propriedade da terra se desenvolveram na região



durante o período de maior exploração agrícola centrado na pecuária e no algodão, entre os séculos XVII e XVIII.

METODOLOGIA

O percurso metodológico para desenvolvimento da pesquisa é, essencialmente, de natureza qualitativa, em que foi realizado uma revisão narrativa de literatura acerca da formação territorial do Seridó na perspectiva da questão agrária, buscando evidenciar as relações do processo de formação com as dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra. Para a revisão de literatura, a busca centrou-se em artigos, teses, livros, dissertações, monografias, periódicos, entre outras produções acadêmicas, que dialogam com a temática discutida. Como fontes de busca, priorizou-se o Google Acadêmico, o Repositório da UFRN, o Portal de Teses da CAPES e bibliotecas físicas, para a revisão das obras.

No tocante a revisão narrativa de literatura, esta “visa descrever, de maneira ampla, o desenvolvimento de um assunto específico e os tipos de metodologias que estão sendo empregadas por acadêmicos e pesquisadores no estudo do tema” (Cavalcante; Oliveira, 2020, p. 86). Outrossim, apesar do trabalho ser voltado a Geografia Agrária, durante o processo, viu-se necessário utilizar uma revisão de literatura transversal, de modo a incorporar outras áreas da ciência, bem como suprir lacunas. Logo, buscou-se sistematizar a busca por temas centrais, que foram divididos em três grandes temáticas (formação territorial, questão agrária e Seridó Potiguar), e a partir deles, organizar palavras-chaves correlatas, enquadrando-se um nicho específico de pesquisa (Quadro 1). Essa sistematização foi necessária, devido à vasta quantidade de palavras-chave ligadas à temática, sendo viável organizar a busca mediante o recorte de palavras-chaves direcionadas.

Quadro 1 - Sistematização das palavras-chave para o levantamento bibliográfico.

Temas centrais	Palavras-chave
Formação territorial	Formação territorial; Formação territorial do Seridó Potiguar; Território.
Questão agrária	Questão agrária; Campo; Terra; Uso da terra; Posse da terra; Propriedade da terra.
Recorte espacial - Seridó Potiguar	Seridó Potiguar; Sertão do Seridó; Microrregião do Seridó Oriental; Microrregião do Seridó Ocidental; Semiárido Potiguar.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).



Devido a vasta quantidade de trabalhos encontrados, foi feita a escolha de uma reduzida minoria, a fim de atender os propósitos do trabalho. Nisso, para melhor organizá-los, esquematizou-se pastas nomeadas a partir do tema central, contendo a revisão das obras, tendo o objetivo de filtrar de modo conciso a quantidade encontrada. Desse modo, determinou-se a escolha, com base na leitura do resumo e das palavras-chave; nisso, refinou-se a quantidade de textos a serem lidos. Ao final, selecionou-se o quantitativo de 40 produções das 98 encontradas, as quais foram consideradas como adequadas para alcançar nossos objetivos, bem como consolidar a abrangência do estudo. Logo, a partir da revisão narrativa, realizou-se a leitura dos trabalhos em ordem cronológica, em que foram produzidas sínteses textuais, a fim de fomentar a produção de novos conhecimentos e instigar a produção científica acerca da questão agrária do Seridó.

FORMAÇÃO TERRITORIAL E O PARADIGMA DA QUESTÃO AGRÁRIA

Na busca de compreender a formação territorial do Seridó Potiguar sob o ponto de vista do paradigma da questão agrária, é necessário definir qual noção adotada de território. Afinal, a categoria território, tão cara à ciência geográfica, possui diversas interpretações. A respeito disso, Santos e Silveira (2006) entendem o território a partir da “extensão usada e apropriada”, ou seja, o modo como os agentes sociais (sociedade, empresas, Estado, organismos internacionais, entre outros) se apropriam do espaço e moldam seus interesses, constituindo diferentes usos do espaço geográfico. Noutro espectro, Raffestin (1993) compreende o território enquanto a (i)materialidade espacial das relações de poder, em que os agentes produtores do espaço atuam assimetricamente em função das suas necessidades.

Logo, em ambas as visões, resguardando suas especificidades, denota-se que o território, para além da noção de poder inerente aos grupos sociais que se apropriam do uso do espaço, é também uma representação política, visto que as interações que estabelecem no território se fazem mediante uma forma de perceber e enxergar o mundo, possuindo, pois, ideologia. Assim, compreendemos que a forma-conteúdo que delimita o território (delimitar não unicamente no sentido cartográfico, mas também social, econômico e ambiental), é centrada em escolhas, ações, movimentos e dinâmicas que repercutem na temporalidade o modo como o espaço geográfico foi, está sendo e será utilizado, produzido, sentido, demarcado e instituído.

Portanto, apoiamo-nos nesta perspectiva de território para a utilização da categoria formação territorial, em conformidade ao discutido por Moraes (2001), que explica os processos



coloniais que estabeleceram a formação territorial do Brasil, do mesmo modo, o fazemos na tentativa de compreender a formação territorial do Seridó Potiguar. Paralelamente, este trabalho traz a tona uma nova perspectiva sobre o território seridoense, que compete a discussão da questão agrária na conjuntura regional, relacionado ao uso, posse e propriedade da terra, evidenciando como os sertões semiáridos se fizeram a partir dos currais de gado, dos algodoais e das oligarquias regionais no Seridó.

Nesse sentido, considera-se que as contradições existentes no espaço agrário são fruto de um processo histórico contínuo de avanço do capitalismo no campo, de modo que isso se perfaz à medida que o território é incorporado ao processo global de produção de mercadorias e renda. A natureza contraditória desse cenário está em voga na sociedade há séculos e perpetua-se na contemporaneidade mediante o culto ao desenvolvimento de regiões periféricas, quando na verdade, o que há é uma relativização do termo, expressa no crescimento econômico como sinal de prosperidade. No debate da questão agrária, essa discussão se materializa geograficamente nas dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra, que cada vez mais apresentam conotações específicas frente às formas de adaptação do capital às suas necessidades. O caso do Seridó remonta a essa conjuntura, que do auge do Nordeste açucareiro durante os séculos XVII e XVIII, mediante ao quadro local-global, se transformou no suprasumo do binômio gado-algodão.

Ao buscar estabelecer relações entre a formação territorial e a questão agrária, acrescentemos ainda a discussão o paradigma da questão agrária, debatido por Fernandes (2015), que entende que os problemas do campo residem no avanço pretense do capital sobre o campesinato, o qual tem “como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses” (Fernandes, 2015, p. 390). Entende-se, dessa maneira, que a condição de subordinação do campesinato ao capital é fruto do processo contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo (Oliveira, 2007), pois a medida que a renda da terra é sujeita ao capital, o que ocorre, na verdade, é a sujeição do camponês ao trabalho laborado na terra, reproduzindo formas de trabalho não tipicamente capitalistas na produção de capital (Oliveira, 2007; Talaska, 2016).

É importante destacar ainda, que não se pretende aqui definir meticulosamente o papel do campesinato seridoense no processo de formação territorial na perspectiva da questão agrária, isso não nos compete no momento. O que vale dizer é que não há como interpretar tais proposições sem considerar o papel do camponês e as mais diversas relações sociais de trabalho



e de vida que se estabeleceram juntamente a terra, sejam a parceria, meação, cambão e tantas outras, seria desconsiderar a relação de classes em meio a formação territorial. Por fim, estabelecidas estas primeiras impressões, nos próximos tópicos serão apresentados como o território seridoense foi sendo moldado durante o período de centralidade das atividades agrárias da pecuária e do algodão, com ênfase na questão agrária regional.

APROPRIAÇÃO DA TERRA E DEMARCAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DO GADO

O que faz do Seridó um importante recorte espacial no que se refere ao esforço em compreender sua formação territorial a partir da questão agrária, é que os fatores que se conjugaram para sua ocupação partem de um contexto maior e amplamente complexo do Brasil. Ao viabilizar a colonização da América Portuguesa, o império lusitano adotou para o “Novo Mundo” sua política de doação de terras, a Lei de Sesmarias de 1375, instituída durante a crise agrícola portuguesa, como forma de estimular o aumento da produção e evitar a ociosidade de terras (Guimarães, 1964; Moraes, 2024). Do mesmo modo, se fez o processo de apossamento das terras brasileiras, transplantando o regime de sesmarias para ocupação das terras ditas “ociosas” e “inabitáveis”, com fins de produzir a primeira grande *commodity* do comércio global, o açúcar (Mintz, 2003).

Ao estabelecer a política de sesmarias, o controle do território se efetuou mediante as capitanias hereditárias, concedidas a figuras da alta classe portuguesa rica em patrimônio disposta a se aventurar na empreitada colonial no ultramar. O que ocorreu de imediato não foi uma apropriação total e articulada por parte de Portugal das terras brasileiras; houve, na verdade, a delegação, a terceirização e a privatização da colonização, com intuito de “passar para particulares o custo da instalação no Brasil, uma instalação que envolvia a aplicação de capitais vultosos” (Moraes, 2001, p. 108). Em termos marxistas, as terras brasileiras foram incorporadas ao processo global de acumulação primitiva de capital por via da colonização (Marx, 2013).

Por onde começar? Dentre tantas perguntas, essa foi cerne para a empreitada portuguesa. Aos belos prazeres do litoral nordestino, conjugaram-se fatores como grandes extensões de terra e fertilidade do solo, clima quente e chuvoso, condições geográficas primordiais para dar-se início a instauração dos canaviais. Não muito encontraram dificuldades em escravizar os povos que aqui já habitavam (e posteriormente, negros transportados da África), pois o objetivo era “submeter o íncola, apropriar-se de suas terras e bens, impor-lhe suas concepções e transformá-



lo num agente dócil de seus objetivos de domínio” (Guimarães, 1964, p. 14). E assim deu-se a toada colonial em terras brasileiras, encontrando seu mais novo “baú de espólios”, com riquezas a perder de vista, instaurando a raiz das contradições do espaço brasileiro, o cerne da questão agrária, enraizando, pois, o latifúndio e a concentração de terras enquanto marcas da colonização.

Sobre isso, Macedo (2000, p. 1, grifo nosso), afirma ainda que:

Todos os fatores de produção coloniais foram conjugados no grande esforço para satisfazer a voraz fome de lucro mercantilista. Ao concentrar-se obsessivamente num único ponto, tais ações não geravam nenhuma contradição se tivermos sempre em vista a racionalidade própria do Antigo Sistema Colonial.

Toda a faixa litorânea leste do Nordeste brasileiro não ficou isenta desse processo, do que hoje é o Rio Grande do Norte aos confins da Bahia se fizeram o doce do açúcar, especiaria bastante apreciada na Europa dos séculos XVII e XVIII (Mintz, 2003). Se detendo, especificamente ao estado do Rio Grande do Norte (outrora capitania do Rio Grande), esta esteve englobada nesse contexto, contudo, com menos importância produtiva, se comparada às demais capitanias, tendo em vista que sua faixa litorânea úmida limitava a porção meridional, enquanto a setentrional era ligeiramente semiárida.

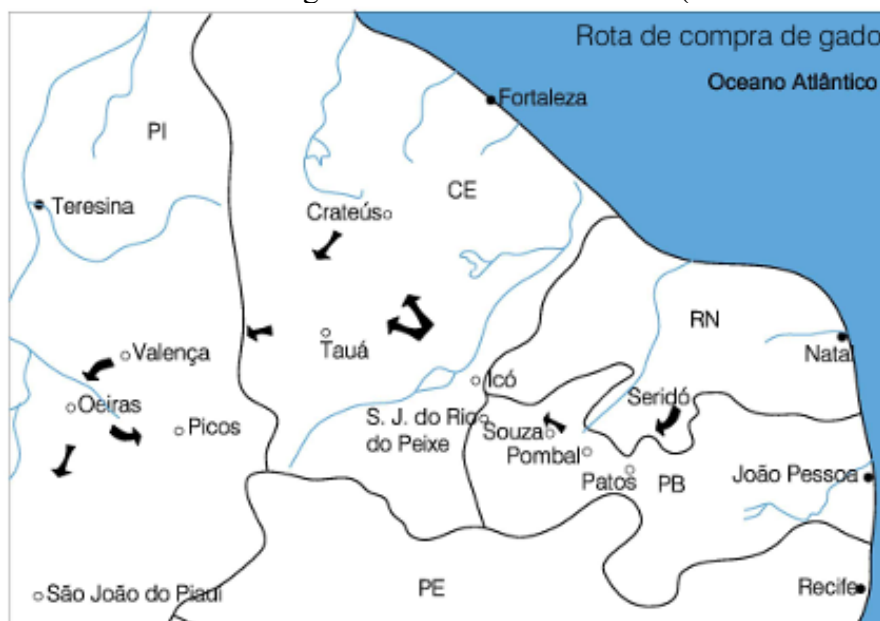
Apesar de produzir açúcar, a capitania do Rio Grande (assim como as demais), visava marchar em direção ao interior do território, como forma também de controle da coroa portuguesa, cada vez mais concedendo cartas sesmarias e estimulando a migração à nova colônia. A bibliografia histórica data a ocupação dos “sertões potiguares” do início do século XVII, de modo que o “ritmo da propagação do criatório pelos sertões obedeceu, em grande parte, ao crescimento da agro-manufatura açucareira” (Macedo, 2000, p. 2). Assim, à medida que se expandia a *plantation*, ocupando cada vez mais terras; ao mesmo tempo, expandiu-se também a atividade pecuária do gado, que por sua vez não era valorizada no mercado internacional, sendo uma atividade limitada ao fornecimento tradicional dos engenhos e a carne para consumo próprio.

Nesse contexto, cabe um ponto de incisão acerca da formação territorial do Seridó sob a perspectiva da questão agrária. Quando nos debruçamos sobre o Seridó, comumente a literatura regional retrata a formação deste território muitas vezes de forma estática, como se os fatos narrados tivessem ocorrido apenas como um processo natural, inevitável à conquista colonial. Todavia, discordamos dessa posição. A questão agrária do Seridó reflete um passado materializado no espaço geográfico da região, dos latifúndios agropecuários se fizeram dores e

riquezas, à custa do sangue indígena e do poder de latifundiários erigiu-se o território seridoense.

O Seridó (assim como grande parte do interior nordestino), foi ocupado a partir dos caminhos do gado, advindos para além do litoral, como também pelo interior da Paraíba, Ceará, Piauí e Pernambuco, estabelecendo pontos e rotas comerciais do gado (Figura 2). Em pleno Semiárido, o que propiciou o interesse para a fixação da atividade criatória, tem como fatores principais a “vastidão de terras ainda não exploradas pelo homem branco, que, associada ao baixo teor nutritivo dos pastos contribuíram tanto para a relativa velocidade com que vaqueiros e gados penetraram nos sertões, quanto pelas vastas extensões de terras ocupadas” (Macedo, 2000, p. 2). Nota-se, mediante essa afirmação, a busca por posses e títulos de terras foram fatores condicionantes para a emancipação dos currais de gado.

Figura 2 - Rota comercial do gado no interior do Nordeste (séculos XVII e XVIII)



Fonte: Diniz (2008), com base em Cascudo (1984)

Para que se requeressem sesmarias e títulos de terra junto a coroa, era preciso adentrar a Caatinga, expropriar os indígenas e fixar seus rebanhos. Dessa forma, no contexto do século XVII, é que se deu início as “bandeiras do gado” (Cascudo, 1956); primeiro, antes de fixar-se na terra e erigir a fazenda, o proprietário da terra (instalado no litoral), demandava o reconhecimento da área, demarcando o gado em currais, e só assim que se mudava com a família para o interior (Araújo, 2003). Não nos esqueçamos de mencionar que o êxito para tal esteve entrecortado à ocorrência de dois eventos bélicos que marcaram o divisor de águas para efetiva confluência da ocupação territorial seridoense, a saber: a Guerra da Restauração (1645-



1654), em que conflitou-se a retomada da capitania do Rio Grande para com os holandeses; e ao enfrentamento dos povos indígenas que já habitavam as áreas, como destacado por Macedo (2000, p. 4): “O Seridó abrigava cinco grupos: canindés, jenipapos, sucurus, cariris, pegas. Foram estes índios que combateram nas ribeiras seridoenses”. Esse fato ficou conhecido como “Guerra dos Bárbaros” ou “Confederação do Cariri” e se deu em meados dos anos 1683 até 1697 (Araújo, 2003; Diniz, 2008; Macêdo, 2012; 2015).

Estimular a doação de terras (sesmarias) no Seridó foi uma estratégia lusitana para frear ações conjuntas de tapuias e holandeses, um receio sentido em virtude da premente aliança firmada durante o período de ocupação flamenga. Contudo, Portugal enfrentava uma grande dificuldade em relação ao controle territorial em seu projeto colonial, pois a lógica de fixação se daria a partir da instauração de atividades econômicas (a produção açucareira) e o controle do comércio escravagista. Contudo,

[...] a tomada, a posse e uso da terra, [...] cobravam, em primeiro lugar, uma logística militar que, pelo número insuficiente de braços armados metropolitanos, teceria inúmeras coalizações com os naturais da terra [grupos indígenas] [...] que estavam ao alcance da sequiosa mão colonial que poderia, se habilidosa, arregimentá-los como fiéis soldados (Macêdo, 2015, p. 40, acréscimo nosso).

O embate com os indígenas deflagrou-se em meio a expansão dos currais, instalados em pontos estratégicos ao fornecimento de água e pasto para o gado, ou melhor, nas chamadas ribeiras. Araújo (2003, p. 46-47) destaca o Seridó como ponto central no processo de aniquilação indígena; ao tratar dos povos tapuias, por exemplo, afirma que a região foi “um dos teatros privilegiados desse confronto entre os colonizadores e os ameríndios da tribo tapuia”. O autor pontua que os núcleos de combate ocupavam as áreas do que hoje são os municípios de Caicó e Currais Novos, os quais ainda na contemporaneidade têm a pecuária bovina enquanto como forte atividade econômica (Araújo, Assis e Cavalcante, 2024).

Outrossim, a demarcação das fazendas, diferentemente dos canaviais (circunscrita pelos plantios), se fazia mediante a figura do vaqueiro, retratado enquanto figura mítica e voraz do Seridó, responsável pelo trato dos animais e cuidado da fazenda. Esse personagem revela outra característica da questão agrária do Seridó, diretamente relacionado à estrutura social rural, “já que as atividades com o gado não impunham restrição de cor nem de raça” (Araújo, 2003, p. 40-41). O autor afirma que davam-se relações sociais de trabalho menos rígidas em comparação a atividade canavieira no litoral; ao dizer isso, não implica tomar o trabalho com o gado enquanto uma benesse, que não exigisse esforços dos vaqueiros; muito pelo contrário, era um trabalho árduo de baixa e/ou nenhuma remuneração (exceto os casos em que se pagava



mediante o regime de quarteação), dado que na maioria das vezes estes eram executados por escravizados, miscigenados e camponeses pobres (Araújo, 2003).

Assim, o que se quer dizer é que dada as condições em que estavam inseridos os senhores do gado e escravizados, em condições geográficas extenuantes do Semiárido, as relações sociais de trabalho que se desenvolveram nas fazendas pecuaristas durante a colonização do sertão diferem das dos engenhos açucareiros, pois entre o senhor-de-engenho e o escravizado havia total submissão. Já nas fazendas, o vaqueiro surgiu enquanto figura imediata ao proprietário, este que geralmente habitava a cidade, estando o vaqueiro delegado às funções administrativas do rebanho (Andrade, 1963; Araújo, 2003).

É necessário considerar também a figura dos coronéis-fazendeiros, bem como das famílias tradicionais da região, afinal, foram estes que ditaram as dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra, tendo em vista que a “detenção de direitos de propriedade constituía um parâmetro fundamental para indicar a posição cimeira de um grupo ou de uma família na complexa estratificação social” (Moraes, 2024, p. 69). Inúmeras foram as famílias patriarcais assentadas no Seridó pecuarista, mas pode-se destacar alguns sobrenomes de renome, tais como: Dantas Correia, Faria, Monteiro, Araújo Pereira, Albuquerque Maranhão, entre outras (Araújo, 2003; Diniz, 2008; Moraes, 2024). Essas famílias se perpetuaram na região a partir de laços de consanguinidade, aumentando seus cabedais, notadamente, a acumulação de terras e de gado, uma vez que o “crescimento do rebanho foi sem dúvida um dos ditames que moviam a secura por muita terra” (Araújo, 2003, p. 191).

Se tomarmos como exemplo a família Albuquerque Maranhão, notáveis latifundiários, não exclusivamente no Seridó, mas em todo o estado, tem-se que seu patrimônio se conservou ao perpassar do tempo. Por meio de estudos cartoriais e documentos históricos, Moraes (2024) nos fornece informações sobre as sesmarias concedidas a família. Dessa maneira, em 1679, foi concedida aos irmãos e sesmeiros Antônio, Lopo e Pedro de Albuquerque da Câmara, a primeira grande faixa de terras no Seridó após expulsão holandesa, localizada na Ribeira do Acauã, que correspondia a “enorme extensa área de mais de 7 mil quilômetros (15 léguas de comprimento por 12 léguas de largura)” (Moraes, 2024, p. 74). A autora ressalta que a então sesmaria requerida pelos irmãos “de fato foi aproveitada por seus descendentes. [...] Observa-se que os bens instituídos nesta sesmaria continuaram a serem geridos pela família após mais de 60 anos, perpassando três gerações” (Moraes, 2024, p. 75-76, grifo nosso).

Logo, essa informação nos fornece fundamento para levantar a hipótese de que um dos traços basilares da questão agrária seridoense diretamente ligado a sua formação territorial, seja



a preservação do latifúndio patrimonial das gerações de famílias do gado (bem como do algodão, como se verá adiante), vide o intercruzamento de famílias (casamentos, apadrinhamentos, relações de compadrio e afins). Nisso, foi sendo circunscrita às áreas que hoje competem aos municípios do Seridó. Para tanto, basta observar a toponímia dos nomes destes, a exemplo: Currais Novos, em detrimento aos currais do gado; Acari, peixe comum do rio Acauã, habitado durante a fixação dos rebanhos; Ouro Branco, em vista a riqueza do algodão; dentre outros.

Isso implica dizer que os latifúndios que outrora estiveram presentes no Seridó ainda se mantêm como parte significativa de sua estrutura fundiária? A resposta não é simples, e que de momento não nos cabe totalmente, já que esse processo ultrapassou inúmeras gerações de descendentes, bem como merece análise do ponto de vista de dados da estrutura fundiária. O que se pode colocar, de momento, é que ocorreu o fracionamento destes antigos latifúndios patrimoniais a partir das heranças familiares, principalmente após o apogeu do gado no século XVIII, ainda mais com a introdução da atividade algodoeira na região nos séculos seguintes. Araújo (2003), ao analisar inventários familiares e cartoriais do Seridó, destaca que o peso da descendência acabou esfacelando a grande propriedade e que a “presença da média e pequena propriedade já se fazia sentir a partir do meado do século XVIII” (p. 198).

Portanto, com o gado o território seridoense foi demarcado, instituído e registrado enquanto núcleo sertanejo da pecuária potiguar, com proeminência no cenário nordestino do comércio de carnes e derivados. Esse mesmo Seridó resguarda ainda traços da formação territorial alicerçada no latifúndio, mas de forma diferente, não mais na presença onipotente de grandes currais extensivos, mas de modo contrário, na pequena propriedade familiar camponesa, o que pode ser averiguado nos trabalhos de Azevedo (2005; 2007) e Refati *et al.* (2019; 2020).

Ao analisar a estrutura fundiária, Azevedo (2007) verificou que o número de estabelecimentos agropecuários entre médios e grandes representavam no ano de 1996 menos de 10% das terras da região, com preponderância do último, que ocupava mais da metade da área do território, enquanto os minifúndios e pequenas propriedades estavam em maior número (mais da metade dos estabelecimentos), ocupando uma parcela irrisória de área. Esse cenário implica na presença da pequena propriedade rural como parte do esfacelamento de grandes latifúndios patrimoniais, mas que não implica supor que inexistem no Seridó latifúndios, isso seria incorrer em um erro incomensurável.

Na seção seguinte, será discutido a continuidade da formação territorial do Seridó com



ênfase ao período que sucedeu a pecuária, com foco na fase áurea da cotonicultura, que acabou por incitar e conservar fatores que dinamizaram a questão agrária regional.

O TERRITÓRIO DO “OURO BRANCO” E A PROPRIEDADE DA TERRA

Apesar de períodos de volatilidade da produção pecuária de gado, a atividade continuou perdurando nas fazendas, seja como atividade acessória ou mesmo ainda no período do algodão, atividade implementada ao espaço produtivo nordestino durante o século XVIII como estratégia de reconversão produtiva, face à baixa competitividade do açúcar nacional no mercado global (agora concorrendo com a produção das Antilhas). Com a revolução industrial inglesa em voga na passagem para o século XIX, fatores associados a crises produtivas nos Estados Unidos (principal fornecedor da matéria prima para indústria têxtil britânica), desencadeadas com a Guerra da Independência Americana (1776-1783) e pela Guerra da Secessão (1860), levaram aqueles a absorver a produção de mercados alternativos, tais como o do Brasil (Clementino, 1985; Macedo, 2002).

Nesse ínterim, o Seridó despontou no cenário nacional-global enquanto fornecedor dessa matéria-prima, notadamente, o algodão mocó (tipo arbóreo), demandado pelo mercado do Sudeste, especialmente ao parque têxtil paulista, devido a qualidade da sua fibra (longa e sedosa) (Clementino, 1985; Takeya, 1985). Antes dos anos áureos da atividade, por possuir raízes produtivas arraigadas à cultura do gado, a transição para a prática agrícola algodoeira na região ocorreu lentamente, se comparada a outras áreas do país, dado que a efetiva inserção produtiva aconteceu nos confins do séc. XIX e início do séc. XX, mais precisamente de 1880 a 1905, ano este em que o algodão ultrapassou a produção de cana-de-açúcar no estado.

Muito foi a resistência dos proprietários de terra da região em aderir a cotonicultura, ainda que a conjuntura mercadológica favorecesse tal decisão. Mas de fato, o Seridó apenas passou a registrar grandes volumes produtivos a partir de meados de 1955, quando viveu seus anos áureos do “ouro branco”. Ao analisar dados da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Norte para a safra de 1969/70, Araújo (2003, p. 225) salienta a notável participação da produção seridoense no estado, “de toda a pluma classificada pelo referido órgão, essa micro-região do Estado respondia por 63,9%, o que correspondeu a quatorze mil oitocentos e trinta e oito (14.838) toneladas”.

Agora atividades pujantes no cenário agrário-produtivo, a pecuária e o algodão imputaram mudanças significativas ao uso, posse e propriedade da terra, pois a Lei de Terras



de 1850, antes vista como um risco ao patrimônio conservador dos latifundiários do gado, já que estabeleceu o regime de compra e venda de títulos de terras (extinguindo a posse como fundamento de propriedade, que era comum na região), provocou “uma redefinição entre o espaço dedicado à agricultura e o espaço da pecuária” (Araújo, 2003, p. 223). A esse tempo, as práticas agrícolas de culturas alimentares de sequeiro (feijão, milho, mandioca etc.), que tanto foram desprezadas pelos latifúndios do gado no processo de formação territorial da região, passaram a ganhar destaque no portfólio produtivo à medida que os núcleos urbanos se adensavam. Assim, para além do binômio gado-algodão, discutido por Moraes (2005; 2020), acrescentar-se-ia também a agricultura de subsistência como parte dessa estrutura econômica-social rural do Seridó.

Essa nova arquitetura produtiva, que tinha no algodão sua maior riqueza, não estava desvinculada da conjuntura política, visto que as oligarquias formadas pelas famílias do gado-algodão influenciaram sobremaneira os ditames políticos regional e estadual. Uma figura notável nesse meio foi o seridoense Juvenal Lamartine de Faria (1874-1956), de família tradicional da região. Rico em patrimônio, o mesmo que também era político de carreira, sendo um defensor ferrenho da atividade produtiva extensiva do algodão no Seridó, influenciando sobremaneira projetos de irrigação na região para a construção de açudes particulares, favorecendo a camada social de latifundiários, que passavam a controlar não somente a terra, mas também a água e os insumos produtivos para a atividade algodoeira (Macedo, 2002; Araújo, 2003).

Apesar de seu peso produtivo-econômico, os campos brancos dos algodoais aos poucos foram perdendo suas plumas, dando-se início a derrocada da atividade a partir da década de 1970. Vários fatores conjugados contribuíram para que o algodão mocó, tão apreciado, fosse aos poucos definhando. Primeiro, o algodão produzido no eixo nordestino, o qual o Seridó se destaca, estava à mercê da volatilidade nos preços do mercado externo, a demanda de mercado, quebras de safra e eventos climáticos extremos (Clementino, 1985). Segundo, acrescenta-se a esses fatores, o surgimento de novas fibras sintéticas na indústria têxtil que levaram a desvalorização do algodão, pois eram mais baratas ao incremento produtivo. O deputado estadual seridoense, Paulo Gonçalves, na época, já anunciava a instabilidade do setor ao dizer que “O Seridó está preso a uma monocultura asfixiante. Não temos condições, em termos economicamente razoáveis, de plantar outra coisa a não ser o algodão” (Gonçalves, 1973, *apud* Macedo, 2002, p. 281).



Assim, no limiar final do século XX, o algodão não mais estava em pauta no cenário produtivo regional, deixando sentir o contraste entre a riqueza acumulada dos senhores do gado- algodão e uma estrutura social rural de baixa renda formada por parceiros, trabalhadores e camponeses, que marginalizados, encontravam-se agora na dependência de programas sociais e da prática de subsistência agrícola, consorciada com uma pecuária de pequeno porte (Azevedo, 2005). Em marcha para o milênio seguinte, dentre as atividades fundantes, centradas no binômio gado-algodão, esse panorama apresenta mudanças, a pecuária-bovina vem (re)assumindo o papel de destaque no contexto econômico regional, agora não mais materializada no latifúndio e na concentração de terras de outrora, mas sim nas pequenas e médias unidades produtivas familiares (Azevedo, 2005; 2007; 2014; Adese, 2011), balizada pelas dinâmicas territoriais do setor laticinista, face ao decréscimo das atividades agrícolas (Araújo, Assis e Cavalcante, 2024).

Destarte, a questão agrária do Seridó não está encerrada, até porque as dinâmicas de uso, posse e propriedade da terra vão ganhando novos contornos mediante atividades produtivas inseridas no território, bem como os agentes de poder produtores do espaço geográfico se reconfiguram, imputando novas questões a serem discutidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as discussões abordadas, evidenciou-se que o Seridó não foi ocupado por simples acaso. À época colonial, a área comumente enxergada como estorvo ao desenvolvimento (se comparada a riqueza dos canaviais) apresentava potencialidades a serem exploradas dentro do contexto colonial. Logo, o gado pode ser entendido como elemento de demarcação, enquanto o apossamento e a concessão de terras expressam como se moldaram as relações de poder que estabeleceram a formação do território seridoense, esse que não se limita aos aspectos espaciais (geográficos). Engendrando um quadro social e político que repercute na região até os limites do amanhã, isso se faz sentir nos grupos e oligarquias regionais, que ainda guardam na propriedade da terra a sua riqueza máxima, o patrimônio fundiário do gado, herança arraigada as matrizes do colonizador.

De certo, o que hoje resulta na forma como está distribuída a estrutura fundiária do Seridó, em que há a presença massiva de pequenas propriedades, é fruto desse processo histórico de esfacelamento de grandes propriedades outrora existentes, que por descendência e consanguinidade foram herdadas por diferentes gerações inter cruzadas de famílias tradicionais



da região. O latifúndio e a concentração de terras para a região são situações que resguardam uma característica central da sua questão agrária: a tradição patrimonial familiar de grandes posses de terra. É elementar compreender essa característica, pois a hipótese é que o processo de compartimentação de latifúndios, em menor ou maior grau, está diretamente ligado ao surgimento do grande número de pequenas propriedades.

Tais propriedades resguardam, em alguns casos, o que restou da antiga elite rural pecuarista-algodoeira; e isso se faz presente em sobrenomes tradicionais da região, como já discutido durante o trabalho. Na mesma situação encontram-se parcelas de descendentes de camponeses pobres, vaqueiros, agregados e dentre tantas outras figuras, que comportaram uma estrutura social rural baseada em relações de poder em que imperava o domínio coronelista e patrimonial. O ontem e o hoje da questão agrária seridoense está demarcado nas entrelinhas do espaço-tempo. Os documentos cartoriais, escrituras, contratos, inventários e vários outros documentos, denotam que a terra não foi apenas mera condição de fixação e conquista para a colonização do império português, mais ainda, ela significava o domínio territorial e de expansão dos seus limites políticos além-mar, conservando os costumes patrimonialistas dos cabedais familiares tradicionais da região.

REFERÊNCIAS

ADESE, Agência de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. **Diagnóstico da bacia leiteira do território do Seridó**. ADESE: Caicó, 2011.

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ARAÚJO, M. A.; ASSIS, T. M. F.; CAVALCANTE, L. V. A dinâmica agropecuária do Seridó Potiguar: continuidades e discontinuidades do espaço produtivo. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 75-93, 2024.

AZEVEDO, F. F. **Seridó Potiguar: dinâmica socioespacial e organização do espaço agrário regional**. Uberlândia: Composer, 2005.

AZEVEDO, F. F. **Entre a cultura e a política: uma geografia dos “currais” no sertão do Seridó Potiguar**. 2007. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

AZEVEDO, F. F. **Desenvolvimento regional e potencial turístico do Seridó Potiguar**. Natal: EDUFRRN, 2014.

CASCUDO, L. C. **Tradições populares da pecuária nordestina**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola, 1956.



CAVALCANTE, L. T. C.; OLIVEIRA, A. A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-102. 2020.

CLEMENTINO, M. L. M. **O maquinista do algodão no Rio Grande Norte e o capital comercial**. 1985. 283f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1985.

DINIZ, N. M. M. **Velhas fazendas da ribeira do Seridó**. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FERNANDES, B. M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 381-400.

GOMES, R. C. C. **Fragmentação e Gestão do território no Rio Grande do Norte**. 230 f. 1997. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1997.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Editora Fulgor Limitada, 1964.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, A. U (Org.). **A grilagem de terras na formação territorial brasileira**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020.

MACEDO, M. K. História e espaço seridoense entre os séculos XVII e XIX. **MNEME - Revista de Humanidades**, Caicó, v. 1, n. 1, p. 1-24, 2000.

MACEDO, M. K. Tudo que brilha é ouro-branco – as estratégias das elites algodeiro pecuarísticas para a construção discursiva do Seridó norte-rio-grandense. **MNEME - Revista de Humanidades**, Caicó, v. 3, n. 6, p. 96-117, 2002.

MACEDO, M. K. **A penúltima versão do Seridó** - uma história do regionalismo seridoense. Natal; Campina Grande: EDUFRN; EDUEPB, 2012.

MACEDO, M. K. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões da pecuária (Seridó, século XVIII). Natal: Editora da UFRN, 2015.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política – Livro 1, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MINTZ, S. W. **O poder amargo do açúcar**: produtores escravizados, consumidores proletarizados. Recife: Editora da UFPE, 2003.

MORAES, A. C. R. Bases da formação territorial do Brasil. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 105-113, 2001.

MORAIS, I. R. D. Seridó norte-rio-grandense: reestruturação e planejamento regional. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 11., 2005, Salvador. **Anais [...]**. 2005.

MORAIS, I. R. D. **Seridó norte-rio-grandense**: uma geografia da resistência. Natal: EDUFRN, 2020.



MORAIS, A. N. L. As sesmarias do Seridó: acumulação e manutenção patrimonial da família Albuquerque Maranhão no interior da capitania do Rio Grande (1679-1801). *In*: MACEDO, H. A. M.; OLIVEIRA, A. J. (Org.). **Discutindo os sertões**: histórias coloniais. Alegre: Editora TerriED, 2024. p. 64-83.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REFATI, D. C.; SILVA NETO, C. F.; QUEIROZ, H. A. A.; LIMA, R. C. C. Estrutura fundiária do núcleo Seridó Potiguar e Paraibano e o processo de desertificação. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE, 1., 2019, Campina Grande, **Anais [...]**. Editora Realize: Campina Grande, 2019.

REFATI, D. C.; LIMA, R. C. C.; ALMEIDA, A. G.; SILVA NETO, C. F.; QUEIROZ, H. A. A. A desertificação no Seridó do Rio Grande do Norte e da Paraíba: questão fundiária, pobreza rural e analfabetismo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 55, p. 697-720, 2020.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

STÉDILE, J. P. Questão agrária. *In*: CALDART, R. S. *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 639-646.

TAKEYA, D. M. **Um outro Nordeste**: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915). Fortaleza: BNB. ETENE, 1985.

TALASKA, A. **Ainda existem latifúndios no Brasil?** uma análise do espaço agrário brasileiro. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2016.

VASCONCELOS, S. A. O definhamento do “mundo rural tradicional” da região do Seridó na transição para o período da globalização. **Revista OKARA: Geografia em Debate**, João Pessoa, v. 9, n. 3, p. 495-508, 2015.